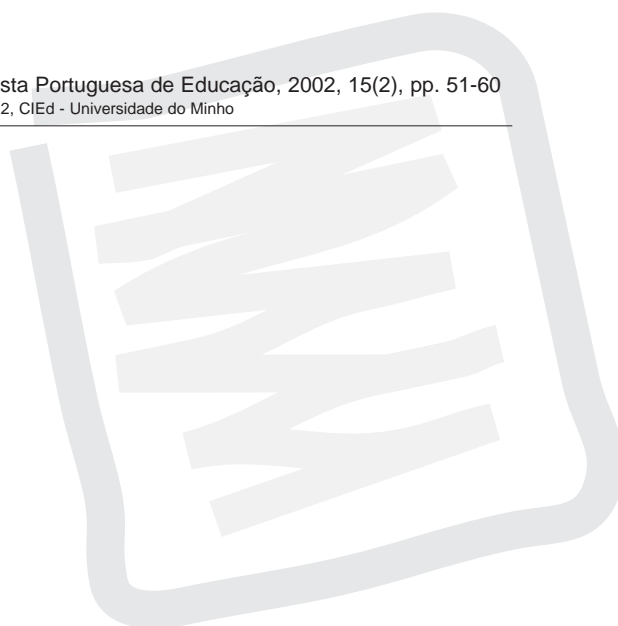


Revista Portuguesa de Educação, 2002, 15(2), pp. 51-60
© 2002, CIEEd - Universidade do Minho

A literacia em leitura

Fátima Sequeira

Universidade do Minho, Portugal



Resumo

Pela segunda vez, no espaço de uma década, Portugal apresenta resultados fracos em testes de literacia aplicados em vários países a alunos incluídos na escolaridade obrigatória. Estes testes procuram medir a compreensão leitora em vários tipos de textos e, no caso dos jovens portugueses, o treino a que são submetidos na escola com determinados textos, nomeadamente os narrativos, faz com que os resultados sejam diferentes consoante as práticas utilizadas na aprendizagem. Estes resultados cruzam-se com outros dados existentes na sociedade portuguesa que nos mostram que é preciso dar mais atenção ao ensino do português, aos contextos e às estratégias de leitura, a programas de literacia para pais e outros parceiros educativos.

Os resultados do Estudo Internacional PISA 2000, em que entraram 28 países da OCDE e outros 4 países não membros, no que respeita aos jovens estudantes portugueses são resultados indignos de um país que em tempos recentes ajudou a construir, com sucesso, uma comunidade europeia que, embora tenha no seu acervo histórico vergonhosas guerras, tem sido arauto de nomes altos na cultura, na arte, na literatura, nomes que não se confinam às fronteiras dos seus países, mas que pertencem a todos nós e a quem devemos continuar a acarinhar e a honrar pelo estudo, pela recriação, pela reflexão sobre os seus trabalhos.

E pergunto-me com alguma amargura: o que está a acontecer no meu país? Porquê esta inquietação macia, branda, episódica que perpassa ocasionalmente pelos órgãos de comunicação social, por alguns políticos (poucos), por algumas organizações (poucas) só no momento em que

resultados como estes são divulgados publicamente, mas que se esquecem e se embrulham na voracidade de outros temas e outros valores considerados mais altos do que o estado da educação.

Resultados como este, não são, no entanto, reflexo de um momento actual de qualquer apocalipse que se abate sobre o país. Eles são o reflexo de políticas gerais e particulares que, nos últimos tempos, têm condenado o país a uma falta de participação e, principalmente, de responsabilização de todos na defesa da língua portuguesa.

Todos sabemos que há heranças pesadas do passado. Houve também convulsões sociais, mudanças do tecido social que afectaram as escolas, os professores, as famílias. Houve decisões a nível macro e micro que podem não ter sido as melhores, mas que por isso mesmo deveriam ter sido objecto de altas preocupações e de elevada reflexão. E houve sinais de carácter científico.

Em 1990-91, um primeiro estudo mundial, “The Evaluation of Educational Achievement” (IEA), em que participaram 32 países incluindo Portugal, revelou os resultados de testes de literacia e compreensão da leitura aplicados a alunos de 9 e 14 anos.

Portugal ficou colocado nos últimos lugares da escala especialmente no que respeita à população de 9 anos, isto é, ao 4º ano de escolaridade. Atrás de si ficaram a Indonésia, a Venezuela e ao seu lado, inexplicavelmente, a Dinamarca. Os jovens de 14 anos que nesse ano de 1990-91 frequentavam a escola portuguesa ficaram um pouco mais acima na escala de países mas, mesmo assim, em lugar muito pouco confortável. O director mundial deste estudo, Warwick Elley (1992), justifica os maus resultados de Portugal pelos poucos investimentos na educação, nomeadamente no equipamento e conforto das escolas, pelos baixos níveis de literacia adulta e pela baixa frequência de estruturas pré-escolares.

E como reagiu o país nesse ano de 1990-91 perante esses resultados? Que disseram os professores, os pais, os cidadãos? Nada. Exceptuando algumas entrevistas aos responsáveis nacionais pelo estudo, este permaneceu adormecido nas gavetas herméticas do esquecimento governamental durante estes dez anos sem sequer ser acordado ou recordado agora, perante um estudo idêntico e perante resultados semelhantes.

Por meados da década, em 1995, Ana Benavente e colaboradores apresentaram um outro estudo sobre literacia adulta que confirma as dificuldades em que se movimenta uma grande parte da população nas tarefas do quotidiano que exigem competências de leitura, escrita e cálculo.

Outros estudos provenientes de Universidades, de Centros e Institutos de Investigação, de trabalhos académicos têm vindo a confirmar que existem problemas graves na aprendizagem dos processos de leitura e escrita nas nossas escolas derivando para a vida adulta uma falta do domínio das competências necessárias ao sucesso nas tarefas do dia a dia, ao amor pela leitura, à envolvência na arte em todas as suas dimensões, à aprendizagem ao longo da vida.

Quando, no estudo de 1990-91, alguns países se viram colocados em posições pouco elogiosas para os seus sistemas escolares, as reacções foram contundentes e, na maior parte dos casos, rápidas e eficazes. Ministros demitiram-se, sindicatos rebelaram-se, gabinetes de emergência foram formados para estudar causas e procurar soluções; professores debateram e reflectiram sobre o assunto, escolas foram avaliadas. Foi o caso da Dinamarca que ficou três pontos abaixo de nós na população de 9 anos e que considerou os resultados um escândalo e quase uma catástrofe nacional.

No estudo presente — PISA 2000 — a Dinamarca ultrapassou-nos em larga escala e ocupa um lugar confortável na seriação. A Irlanda é outro exemplo de uma passagem de lugares periféricos para os primeiros lugares da escala. Todos conhecemos a aposta na educação, na economia e na administração que aquele país sofreu na última década.

Continuamos a verificar uma preocupação e uma actuação dos governos que, no presente estudo, sentiram os seus sistemas escolares abalados por resultados considerados injuriosos para a defesa da sua cidadania. É o caso da Alemanha que, embora à nossa frente, considerou os seus resultados desastrosos e questiona neste momento o seu sistema educativo preparando-se para reformas. De realçar também a recente lei de reforma da literacia nos Estados Unidos com incidência na formação de professores e nas práticas de leitura ao longo da escolaridade.

E depois vemos a Finlândia, sempre em primeiro lugar, um país regionalmente periférico, multilingue, mas onde a especialização de

professores em leitura, as bibliotecas de escola e de bairro, a atitude altamente positiva em relação ao livro, à leitura e à língua materna são objectivos primários, essenciais, indiscutíveis.

Há contudo preocupação de muitos cidadãos com o estado da educação e principalmente do ensino-aprendizagem da língua materna em Portugal. Para esta preocupação contribuem os resultados dos estudos que ao longo de uma década têm lançado alertas.

É tempo de apelar à união dos cidadãos em torno da causa comum que é a educação e, em particular, em torno da defesa da língua portuguesa.

Partiremos das palavras escritas por Agostinho da Silva de que a natureza humana “mais do que boa é excelente para ser educada” e que a educação, ficando-se por ajudar o homem a sobreviver, “o tem limitado e muito, no melhor, que é o seu ser livre”. Isto leva-nos a dois princípios que passarei a enunciar. Primeiro, o indivíduo pode e deve ser educado tendo em conta evidentemente alguns ritmos próprios, algumas limitações do foro físico, social, psicológico para os quais se devem procurar as melhores soluções. Segundo, a educação, como diz Agostinho da Silva, não se deve ficar pela sobrevivência mas deve levar o homem à sua condição de ser livre e, acrescento eu, de ser pensante, reflexivo, actuante na sociedade. Mas para isso a Educação tem de ser de qualidade, direi de excelência.

Para que estes princípios se cumpram não podemos deixar de mencionar excelentes projectos de escola que têm tido um papel extraordinário na motivação e mobilização de alunos e pais e no seu contributo para o sucesso educativo dessa comunidade. Quero mencionar também os excelentes professores que acreditam no seu projecto e nos seus alunos e que apostam na qualidade. Mas o país precisa de mais. Não de paixões que são intensas e, na maior parte das vezes, cegas e passageiras, mas de um amor sólido, construído, participado. E não só de amor pela educação mas, principalmente, de amor pelo país, porque só se a educação for tomada a sério e com rigor os seus resultados se reflectirão positivamente no país.

Como disse, é necessária uma ampla colaboração: de governantes, professores, famílias, associações, alunos, cidadãos. Para todos é necessária uma ideia muito clara do estado da literacia em língua materna no nosso país. Depois, é necessário um debate participado e ouvido para que objectivos

sejam traçados e para que haja um contrato de fidelidade ao cumprimento dos objectivos por todos os participantes e por um tempo determinado ao fim do qual os objectivos serão avaliados. É necessário o cumprimento daquilo que se diz e a avaliação do que foi cumprido.

Basta de pequenas reformas, pequenas revisões curriculares que não obedecem a uma matriz compreensiva do sistema, e que mudam ao sabor de mudanças de cabeças nos organismos centrais, sem avaliações sérias ao que já foi feito ou está em curso, baralhando professores, pais e alunos, gastando dinheiro e esforços, perpetuando nas escolas um clima de precariedade, de algo que não se sabe quando vai mudar mas que a experiência diz que vai mudar.

Os sinais de alerta que nos vêm sendo dados apontam para uma agravada iliteracia na língua materna no final da escolaridade obrigatória, continuando esses sinais nos estudos secundários e no ensino superior. Sabemos disto porque esta é a ponta visível do *iceberg*.

O que está na base deste insucesso é uma educação elementar deficiente, vitimada por muitos abandonos, muitos silêncios, muita pobreza. Referimo-nos ao 1º ciclo de escolaridade de que muitos falam mas que poucos apoiam. Estou a falar em nome do país total e não em pequenas regiões e cidades que conseguiram exemplos de boa prática. Estou a falar naquele ciclo de escolaridade onde o desenvolvimento da linguagem tem lugar, onde o raciocínio se desenvolve, onde as estruturas cognitivas e linguísticas se enriquecem, onde a aprendizagem da leitura e escrita se efectua, onde o amor pelo livro se inicia, onde a descoberta do simbólico nos deslumbra nas suas manifestações mais sensoriais, mais artísticas. São aprendizagens que marcam o indivíduo e lhe traçam o futuro. Governantes, famílias, professores, associações, cidadãos têm de tomar consciência da importância deste ciclo de aprendizagem e actuar em conformidade. Evitar-se-ão, nos ciclos seguintes, muitos insucessos, mediações, frustrações.

Deve haver, no entanto, uma ligação lógica, coerente, suave entre os vários ciclos de escolaridade nomeadamente entre o 1º e o 2º ciclos onde o desenvolvimento das crianças se efectua em maior semelhança mas onde, como sabemos, devido à tipologia de escolas e à gestão de grupos disciplinares, se efectua a mudança mais drástica entre graus de ensino.

Se os alunos chegarem aos últimos anos da escolaridade básica com as competências linguísticas e literárias compatíveis com as aprendizagens que lhes foram facilitadas, com um domínio da língua perfeito, resultante de aprendizagens hierarquizadas, com uma consciência metalinguística já desenvolvida, não será preciso elaborar mais programas onde por exemplo, no ensino secundário ainda se ensine competências básicas.

De lembrar também que a educação pré-escolar tem um papel fundamental quer na socialização da criança quer no desenvolvimento da sua linguagem através da estimulação linguística a que é sujeita, quer no hábito de ouvir e contar histórias e à introdução precoce do livro nas suas vidas.

A — Estruturas Básicas: Casas, Escolas, Bibliotecas

Não podemos falar de literacia sem falar da necessidade da criação de estruturas básicas para a igualdade social, para que todas as crianças tenham condições para o seu sucesso escolar. Crianças em risco são, na maior parte dos casos, as que vivem em casa degradadas, em promiscuidade, sem alimentação cuidada, sem transportes para a escola e sem um livro para ler. Não é ignóbil falar de leitura nestes casos?

Crianças tristes são muitas vezes as que frequentam escolas desconfortáveis, sem aquecimento, sem telefone, sem pátio, sem flores, sem cantina, sem segurança, sem Biblioteca. Ignóbil é falar, agora sim, de Escolas sem livros, sem bibliotecas.

Embora seja de louvar os esforços conjuntos dos Ministérios da Educação e da Cultura para a extensão da rede de Bibliotecas Públicas, há que não esquecer que cada escola deve obrigatoriamente ter uma biblioteca bem equipada, dinamizada por pessoal especializado e com horário permanente. A criação de hábitos de leitura na escola contribuirá para fazer um adulto leitor que sentirá mais tarde a necessidade de frequentar uma biblioteca pública. Será útil repensar a carreira de professor-bibliotecário tão útil para um programa de literacia e dignificante para uma outra carreira do professor.

Depois das estruturas básicas indispensáveis à sobrevivência da educação há que dar um salto para a sua qualidade e, no caso em apreço, para o desenvolvimento da literacia em leitura.

B — Plano de Emergência

Num plano de emergência para a língua portuguesa, a leitura tem de ocupar um lugar privilegiado. Qualquer programa de desenvolvimento tem de assentar em investigação científica de qualidade efectuada no nosso país sobre leitura. Se, num passado ainda recente, nos servimos de investigação estrangeira para iniciar a nossa própria, há hoje, em Universidades e outras Instituições de Investigação portuguesas, resultados fiáveis sobre conceitos e práticas de leitura aplicáveis aos nossos alunos. Há cursos de pós graduação e inúmeras teses de Mestrado e Doutoramento nesta área.

É baseada nesta investigação, que se encontra relatada em revistas da especialidade, em actas de Congressos, em teses existentes nas bibliotecas do país, que se devem fundamentar os programas de Português, os programas especiais de leitura, os seus materiais de apoio, os cursos de formação de professores, a dinamização de Bibliotecas.

Devem ainda ser financiados projectos de escolas com programas inovadores, incentivados projectos de zonas de urgência como as regiões do Alentejo e Algarve onde os resultados dos testes de literacia foram mais baixos.

B1 — A formação de professores

Atravessamos neste momento uma fase de mudanças no ensino superior devido ao processo de Bolonha, à acreditação de cursos, aos padrões de qualidade exigidos em contexto internacional.

A formação inicial de professores para esta área e para os primeiros ciclos de escolaridade deve contemplar como grupo central as disciplinas de Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem, Processos de Leitura e Escrita, Literatura Infantil e Juvenil, para além de outras disciplinas estruturantes destas matérias. A formação contínua destes professores deve partir daquele grupo de disciplinas para situações de especialização, de interface com outras ciências (Informática, etc.), procurando colmatar lacunas naturais resultantes de evoluções científicas, mudanças do tecido social, de desafios da escola, do país e do mundo.

Quer sejam cursos breves de formação contínua, quer sejam cursos formais de mestrado ou doutoramento nas universidades, aos professores

deve ser dado apoio para a sua realização como redução de horário, licenças sabáticas para todos os graus de ensino e uma mais rápida progressão na carreira assente na qualificação.

B2 — Programas/A sala de aula

Deve ser acentuada uma maior flexibilidade no planeamento curricular de uma escola ou conjunto de escolas. Deve haver descentralização na gestão das escolas. Deve haver incentivos a projectos de desenvolvimento de escolas e seus programas de literacia apresentados pela comunidade e avaliados superiormente. Deve haver incentivos à qualidade.

Um professor bem qualificado em língua portuguesa e conhecedor do desenvolvimento cognitivo e linguístico dos seus alunos saberá encontrar as metodologias necessárias à criação nos alunos de estratégias próprias de compreensão leitora. Chamo novamente a atenção para os resultados dos estudos apresentados.

Testes devem ser aplicados em cada um dos anos de escolaridade para que os professores saibam quem são os bons e os maus leitores, em que estado do processo de leitura se encontram e quais as medidas de remediação a tomar.

Que nenhum aluno acabe o 4º ano de escolaridade (e muito menos o 6º ano de escolaridade) sem saber ler e escrever.

Nesta batalha da leitura há experiências, também no nosso país, de procura de sucesso na leitura através de currículo, destacando-se que a leitura é um domínio transversal e pluridisciplinar em contexto escolar e, por isso, todos os professores têm a responsabilidade de orientar os alunos na leitura do material utilizado para o estudo dos conteúdos programáticos ministrados e de criar nos alunos o gosto pela leitura. E assim as Bibliotecas surgem como um espaço de abordagens curriculares integradas sendo a sua dinamização consequência do reconhecimento e aceitação, por parte de toda a comunidade escolar, especialmente dos órgãos de gestão da escola, do valor da leitura na formação do jovem e no sucesso escolar e educativo de que as escolas são os principais intervenientes.

C — Outros parceiros/os pais/os cidadãos

Sabemos que aos pais cabe a grande responsabilidade na educação dos seus filhos, responsabilidade partilhada com a escola e com o resto da comunidade. Não podemos falar aqui só daquelas associações de pais que funcionam exemplarmente e que ajudam a escola e os professores nessa louvável tarefa conjunta, mas temos de referir os pais que vivem em condições precárias de emprego, de saúde, de zanga com a vida. Que apetência têm pela escola? Que gosto pela leitura?

Terá de haver uma concertação com outras entidades, nomeadamente a ANEFA, e quem nas freguesias organize cursos, encontros de integração desses indivíduos na prática do papel impresso da leitura, da escrita, na oralidade e mais tarde nos programas de literacia para as famílias.

No plano de emergência para a língua portuguesa, os pais devem constituir grupos de literacia na família, promover programa de interação entre famílias sobre o uso da literacia em casa e na comunidade, apontando estratégias de desenvolvimento da leitura e da escrita, ajudando assim os seus filhos.

O cidadão comum e os órgãos de comunicação social devem ser eles também zelosos utentes da sua língua.

E embora eu pertença a uma geração de proibições, mas que se refugiava na procura de liberdades e que clamava como o poeta “É proibido proibir”, tenho que dizer, a bem de uma política de rigor no acompanhamento dos nossos jovens para uma vida de sucesso através de cultura, que é proibido:

- Que cada escola não tenha uma biblioteca;
- Que os professores não saibam como ensinar uma criança a ler;
- Que o professor não leia;
- Que o professor não estimule o gosto pela leitura;
- Que a criança não goste da escola;
- Que a educação não seja a prioridade financeira no nosso país.

Referências

BENAVENTE, Ana e outros (1995). *A Literacia em Portugal*. Lisboa: F. C. G.

ELLEY, Warwick (1992). *How in the world do students read?* Hamburg: I. E. A
M.E. (2001). *Resultados do Estudo Internacional Pisa 2000*. Lisboa: M.E.

READING LITERACY

Abstract

For the second time in a decade, Portugal presents poor results on reading literacy tests involving students of several countries. The tests tried to measure reading literacy as the ability to understand and use written forms required and valued by society. Portuguese students showed larger advantage on narrative texts mainly because Portuguese schools are more likely to train students on narrative comprehension. On the contrary, on documents and recognition domains Portuguese students scored poorly. It is time to give all the Portuguese children a head start in order to achieve acceptable levels of reading literacy by attending well-resourced schools, with libraries, textbooks and well trained teachers.

LA LITTÉRATIE EN LECTURE

Résumé

C'est la deuxième fois, dans une décade, que Portugal a une faible position dans une évaluation internationale de littératie. Ces résultats obtenus par les élèves portugais de quinze ans doivent être croisé avec des autres données de la société portugaise qui montrent qu'il faut donner plus attention à l'enseignement de la langue, aux contextes et aux stratégies de lecture, aux programmes de littératie pour les parents et autres agents éducatifs.